

Projeto de Lei Ordinária 156/2024

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

“DISPÕE SOBRE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL CONCEDIDO A JRMV BRAZILIAN JIU-JITSU ASSOCIATION, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. CONSTITUCIONALIDADE

PARECER

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária, de autoria do vereador Domingos de Paula, visa reconhecer a JRMV Brazilian Jiu-Jitsu Association como entidade de utilidade pública municipal, conforme disposto na Lei nº 4.105 de 07 de dezembro de 2020. A entidade mencionada está registrada sob o CNPJ nº 47.418.244/0001-52 e localizada na Avenida Presidente Kennedy, nº 2.420, Jardim Alexandrina, Anápolis-GO, CEP 75.060-100.

1 - DOS FUNDAMENTOS

Inicialmente, o projeto de lei sob análise está em conformidade com os requisitos legais estabelecidos pela Lei nº 4.105/2020. A entidade mencionada desenvolve atividades de interesse coletivo, focadas nas áreas de recreação, educação, e filantropia, incentivando a prática esportiva, o que caracteriza a sua relevância social e comunitária, atendendo assim ao art. 1º da referida lei.

Além disso, a proposta respeita os preceitos constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988. A Constituição, em seu art. 5º, XXIII, também assegura que a propriedade deve atender sua função social, o que está diretamente relacionado ao trabalho desempenhado pela entidade.



CÂMARA
MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

Constitucionalmente, o reconhecimento de uma entidade de utilidade pública municipal deve respeitar o princípio da legalidade (art. 5º, II), e a análise do presente projeto de lei evidencia que a entidade cumpre todos os requisitos legais estabelecidos. A obrigatoriedade de apresentar anualmente documentos à Câmara Municipal, conforme o art. 2º do Projeto de Lei e o art. 2º da Lei nº 4.105/2020, assegura a transparência e controle social, em consonância com os princípios da publicidade (art. 37, caput) e da eficiência na administração pública.

Por fim, cabe ressaltar que o projeto também não viola qualquer outro dispositivo constitucional, como a liberdade de associação (art. 5º, XVII) ou a vedação à interferência estatal em suas atividades (art. 5º, XVIII), uma vez que o reconhecimento de utilidade pública se dá por ato voluntário da entidade, e não impõe qualquer restrição indevida às suas atividades.

2- DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 156/2024, por entender que este preenche todos os requisitos legais e constitucionais necessários para o reconhecimento da JRMV Brazilian Jiu-Jitsu Association como entidade de utilidade pública municipal. O projeto está em plena consonância com os princípios e mandamentos constitucionais, além de contribuir significativamente para o bem-estar da comunidade anapolina, especialmente no tocante à promoção de prática esportiva. Sendo assim, vota-se **FAVORAVELMENTE** a este Projeto de Lei.

É o parecer.

Anápolis, 10 de outubro de 2024.



João Batista Feitosa
VEREADOR

LISIEUX JOSÉ BORGES
Vereador

Afonso Viana
VEREADOR

JAKSON CHARLES
VEREADOR

Cleide M. Hilário de Barros
VEREADORA

Página 2 de 2

Palácio de Santana, Av. Jamel Cecílio,
Q 50, L 14, B. Jundiá, Anápolis/GO
CEP: 75.110-330
anapolis.go.leg.br

em 10/10/2024

Presidente